



Sexta-feira, 14 de Agosto de 1998

I Série — N.º 35

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — KzR: 350 000.00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — U.E.E., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de KzR: 465 000.00 e para a 3.ª série KzR: 665 000.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série, de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — U. E. E.
		Ano	
	As três séries.	KzR: 650 000 000.00	
	A 1.ª série	KzR: 315 500 000.00	
	A 2.ª série	KzR: 232 000 000.00	
	A 3.ª série	KzR: 145 500 000.00	

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Resolução n.º 8/98:

Aprova o Tratado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (C.P.L.P.).

Resolução n.º 9/98:

Aprova a Declaração Constitutiva do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa.

Resolução n.º 10/98:

Aprova a eleição do Deputado, Mário Afonso de Almeida, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional.

Resolução n.º 11/98:

Cria o Grupo Interparlamentar Angolano e aprova o seu regulamento.

Conselho de Ministros

Decreto n.º 26/98:

Aprova o Estatuto Orgânico da Empresa Portuária de Luanda, Empresa Pública, abreviadamente designada por Porto de Luanda-E. P. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma.

Ministérios das Finanças e da Indústria

Decreto executivo conjunto n.º 41/98:

Autoriza a constituição da sociedade comercial de capitais públicos «Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana, Luanda», sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada, abreviadamente designada por PIV, S.A.R.L.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução n.º 8/98

de 14 de Agosto

Considerando a necessidade e conveniência do Estado angolano responder às aspirações e aos apelos provenientes dos Povos dos sete Países de Língua Portuguesa;

Tendo em conta que à República de Angola, País de Língua Oficial Portuguesa interessa, através de um instrumento de natureza jurídica, reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação que a une aos restantes;

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea 4) do artigo 88.º e do n.º 6 do artigo 92.º, ambos da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional emite a seguinte resolução:

Único: — É aprovado o Tratado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (C.P.L.P.).

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 28 de Julho de 1997.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Roberto António Vítor Francisco de Almeida*.

DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os Chefes de Estados e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996:

Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social;

Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adoptar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;

Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos

5.º — 1. Em cada reunião ordinária ou extraordinária os parlamentos serão representados por delegações de composição a fixar em cada caso.

2. Os parlamentos organizados em regime bicameral far-se-ão representar por delegações que incorporem membros das suas duas câmaras.

6.º — 1. Os encargos com a deslocação e estada de cada delegação parlamentar serão de conta do respectivo parlamento.

2. O parlamento-hospedeiro proporá aos outros, com a antecedência conveniente, um programa para a organização e o funcionamento de cada reunião, do qual deverão constar:

O local da reunião;

Os dias e horas de início e encerramento dos trabalhos,

7.º — No fim de cada reunião será emitido um comunicado conjunto, do qual constarão preferencialmente as formas e medidas de cooperação interparlamentar programadas.

8.º — A presente declaração será sujeita à ratificação dos Parlamentos de Língua Portuguesa.

21 de Março de 1998.

O Vice-Presidente do Parlamento de Angola, *Ilegível*.

O Presidente do Parlamento do Brasil, *Ilegível*.

O Presidente do Parlamento de Cabo Verde, *Ilegível*.

O Presidente do Parlamento da Guiné-Bissau, *Ilegível*.

O Vice-Presidente do Parlamento de Moçambique, *Ilegível*.

O Presidente do Parlamento de Portugal, *Ilegível*.

O Presidente do Parlamento de São Tomé e Príncipe, *Ilegível*.

Resolução n.º 10/98

de 14 de Agosto

Tendo-se observado o previsto no n.º 5 do artigo 14.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional;

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do artigo 88.º e do n.º 6 do artigo 92.º, ambos da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional emite a seguinte resolução:

Único: — É aprovada a eleição do Deputado, Mário Afonso de Almeida, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 21 de Julho de 1998.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional em exercício,
Lázaro Manuel Dias.

Resolução n.º 11/98

de 14 de Agosto

Considerando a necessidade da Assembleia Nacional se dotar de instrumentos de relacionamento com outros parlamentos, quer a nível bilateral, quer regional e multilateral;

Sendo essa uma das formas de promover a paz, a cooperação entre os povos e a consolidação das instituições representativas;

Considerando igualmente a necessidade do estabelecimento de relações de amizade entre Deputados da Assembleia Nacional e Deputados de outros países;

Considerando o disposto no artigo 22.º do regimento interno da Assembleia Nacional sobre a matéria;

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do artigo 88.º e do n.º 6 do artigo 92.º, ambos da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional emite a seguinte resolução:

Único: — É criado o Grupo Interparlamentar Angolano e aprovado o seu regulamento, anexo à presente resolução, de que é parte integrante.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 23 de Julho de 1998.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional em exercício,
Lázaro Manuel Dias.

REGULAMENTO DO GRUPO INTERPARLAMENTAR ANGOLANO

CAPÍTULO I Disposições e Objectivos

ARTIGO 1.º (Definição e constituição)

1. O Grupo Interparlamentar Angolano é um instrumento de coordenação no seio da Assembleia Nacional, da actividade de cooperação e intercâmbio interparlamentar, funcionando de acordo com o presente regulamento, o Regimento da Assembleia Nacional e Estatuto e Princípios Directores das Organizações Interparlamentares Internacionais.

2. O Grupo Interparlamentar Angolano é constituído nos termos do artigo 22.º do Regimento Interno da Assembleia Nacional.

ARTIGO 2.º
(Composição)

Integram o Grupo Interparlamentar Angolano todos os Deputados à Assembleia Nacional, em efectividade de funções.

ARTIGO 3.º
(Objectivos)

O Grupo Interparlamentar Angolano tem os seguintes objectivos.

- a) coordenar a participação das várias instituições de carácter interparlamentar da Assembleia Nacional nas conferências, reuniões e iniciativas das organizações de cooperação e intercâmbio interparlamentar;
- b) promover as relações com outros parlamentos e a participação nas organizações interparlamentares;
- c) colher e generalizar as experiências da actividade interparlamentar internacional e de outros países para a consolidação, desenvolvimento e prestígio dos órgãos representativos de Angola;
- d) promover o estreitamento de relações de amizade e solidariedade entre a Assembleia Nacional e os deputados angolanos, por um lado e os parlamentos e deputados de outros países, por outro, na luta pela paz, democracia e desenvolvimento, com base na Carta da Organização das Nações Unidas, na Carta da Organização da Unidade Africana e na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- e) contribuir para a defesa e a promoção da democracia pluripartidária, dos direitos humanos e do desenvolvimento económico, social e cultural a nível internacional.

CAPÍTULO II
Dos Órgãos

ARTIGO 4.º
(Órgãos)

1. O Grupo Interparlamentar Angolano compreende os seguintes órgãos:

- a) a Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar Angolano;
- b) a Mesa da Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar;
- c) os Grupos Nacionais;
- d) o Grupo de Mulheres Parlamentares;
- e) os Grupos Parlamentares de Amizade.

2. O exercício de cargos nos órgãos do Grupo Interparlamentar não é remunerado.

SECÇÃO I
Da Assembleia Geral do Grupo

ARTIGO 5.º
(Composição e atribuições)

1. A Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar e a reunião de todos os Deputados à Assembleia Nacional e tem as seguintes atribuições:

- a) apreciar e submeter ao Plenário da Assembleia Nacional a alteração do presente regulamento;
- b) apreciar os relatórios dos Grupos Nacionais;
- c) apreciar e submeter ao Plenário da Assembleia Nacional a criação, alteração ou extinção de Grupos Nacionais e de Grupos Parlamentares de Amizade;
- d) apreciar e submeter ao Plenário da Assembleia Nacional a indicação de deputados para integrarem os órgãos de organizações e instituições interparlamentares;
- e) apreciar a participação em eventos internacionais ou analisar os seus resultados;
- f) pronunciar-se sobre os programas e os orçamentos das organizações interparlamentares de que a Assembleia Nacional é membro;
- g) pronunciar-se sobre a gestão da actividade dos Grupos Nacionais e dos Grupos Parlamentares de Amizade, incluindo a gestão financeira e o pagamento de quotas e outras contribuições para as organizações interparlamentares;
- h) realizar as demais atribuições estabelecidas por lei ou decorrentes dos objectivos constantes do presente regulamento.

2. A Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário.

3. As reuniões da Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar só podem ter lugar com a presença na maioria absoluta dos deputados da Assembleia Nacional, no pleno exercício das suas funções.

SECÇÃO II
Da Mesa da Assembleia Geral do Grupo

ARTIGO 6.º
(Composição)

A Mesa da Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar Angolano tem a composição estabelecida pelo n.º 2 do artigo 10.º do Regimento Interno da Assembleia Nacional.

ARTIGO 7.º
(Presidente da Mesa)

1. O Presidente da Mesa do Grupo Interparlamentar Angolano é o Presidente da Assembleia Nacional.

2. Compete ao Presidente da Mesa do Grupo Interparlamentar Angolano:

- a) convocar e presidir às reuniões ordinárias e extraordinárias do Grupo Interparlamentar;
- b) dirigir as actividades do Grupo Interparlamentar;
- c) garantir a aplicação do presente regulamento;
- d) realizar as demais tarefas decorrentes do Regimento Interno da Assembleia Nacional e do presente regulamento.

ARTIGO 8.º
(Vice-Presidentes da Mesa)

Os vice-presidentes substituem o presidente nos seus impedimentos ou ausências, nos termos do artigo 15.º do Regimento Interno da Assembleia Nacional.

ARTIGO 9.º
(Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários da Mesa:

- a) verificar a existência de quórum;
- b) secretariar as reuniões do Grupo Interparlamentar;
- c) elaborar e assinar as sínteses das reuniões;
- d) preparar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Grupo Interparlamentar;
- e) elaborar propostas para o plano de trabalho do Grupo Interparlamentar;
- f) executar outras tarefas que lhes forem confiadas pelo Presidente do Grupo Interparlamentar.

SECÇÃO III
Dos Grupos Nacionais

ARTIGO 10.º
(Definição e constituição)

1. Os Grupos Nacionais são órgãos do Grupo Interparlamentar constituídos para acompanhamento permanente e sistemático dos dossiers relacionados com as organizações interparlamentares.

2. Compete aos deputados e aos Grupos Parlamentares apresentar, através do Presidente da Assembleia Nacional, propostas de constituição e composição de Grupos Nacionais.

3. Os Grupos Nacionais são constituídos e extintos por resolução da Assembleia Nacional, após apreciação da Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar Angolano.

ARTIGO 11.º
(Atribuições)

Os Grupos Nacionais são órgãos que funcionam com base em regulamentos internos próprios elaborados em conformidade com o presente regulamento, estatuto e regulamentos das Organizações Interparlamentares correspondentes e traçam, nomeadamente de:

- a) apreciar as questões de actualidade que devem ser tratadas pelas organizações interparlamentares e definir a posição do Grupo Nacional com relação às diversas propostas existentes (modificação do Estatuto da União, modificação da estrutura e do funcionamento da organização, propostas de programa, questões orçamentais, propostas de inscrição de pontos suplementares na agenda de trabalhos, etc.);
- b) proceder ao exame preliminar dos temas inscritos na agenda das reuniões interparlamentares, estatutárias ou outras, para definir as posições de fundo, determinar a oportunidade de apresentação de textos sobre esses temas (memorandos, projectos de resolução, emendas), decidir sobre as consultas a realizar com as instâncias governamentais e não governamentais competentes e tomar as medidas necessárias para a preparação efectiva desses textos;
- c) distribuir tarefas entre os delegados, avaliar a assistência que requer a delegação nos seus trabalhos e tomar as medidas necessárias para a viagem e para os diferentes aspectos da sua estadia no país anfitrião;
- d) examinar a questão dos contactos bilaterais a estabelecer com as autoridades do país anfitrião e com certas delegações às reuniões interparlamentares, assim como da participação em grupos regionais ou de interesse comum (Grupo Africano, S.A.D.C., C.P.L.P., Grupo Árabe, Grupo Latino-Americano, etc.);
- e) pronunciar-se sobre as candidaturas de membros do Grupo Nacional ou de outros grupos, aos diversos cargos a ocupar em organizações interparlamentares;
- f) fazer a avaliação dos trabalhos das reuniões interparlamentares e o balanço das actividades da delegação;
- g) decidir sobre os mecanismos de informação do conjunto dos membros do Grupo Nacional, da Assembleia Nacional e das instâncias governamentais e não governamentais competentes e, tomar as medidas adequadas sobre o assunto.

ARTIGO 12.º
(Composição)

1. Quando diferentemente o não imponham o estatuto e regulamentos referidos no artigo anterior, os Grupos Nacionais devem ter um presidente, um vice-presidente e um secretário e integram um número de deputados fixado pela Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar, com base no princípio da proporcionalidade.

2. Na composição de cada Grupo Nacional pode indicar-se igualmente um número de deputados que o integram na qualidade de suplentes.

3. Salvo quando a Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar delibere em sentido diverso por razões organizativas ou regulamentares, nomeadamente nos casos do Presidente da Assembleia Nacional e das mulheres parlamentares, cada deputado apenas pode integrar um único Grupo Nacional.

SECÇÃO IV
Do Grupo de Mulheres Parlamentares

ARTIGO 13.º
(Definição e composição)

1. O Grupo de Mulheres Parlamentares constitui o instrumento privilegiado de relacionamento entre as Mulheres Parlamentares Angolanas e as organizações homólogas de outros países e de coordenação da sua participação nos eventos promovidos pelas organizações interparlamentares.

2. Constituem o Grupo de Mulheres Parlamentares todas as deputadas da Assembleia Nacional, em efectividade de funções.

3. Sem prejuízo da elaboração de regulamento interno próprio, aplicam-se ao Grupo de Mulheres Parlamentares, com as devidas adaptações, as disposições da Secção III do presente regulamento.

SECÇÃO V
Dos Grupos Parlamentares de Amizade

ARTIGO 14.º
(Definição e objectivos)

1. O Grupo Interparlamentar Angolano tem sob sua dependência Grupos Parlamentares de Amizade cuja actividade incide sobre a análise e aperfeiçoamento das relações parlamentares bilaterais, bem como sobre os contactos entre deputados da Assembleia Nacional e os de outros parlamentos.

2. Os actos dos Grupos Parlamentares de Amizade não vinculam a Assembleia Nacional.

ARTIGO 15.º
(Constituição)

1. Os Grupos Parlamentares de Amizade são criados por Resolução da Assembleia Nacional, após apreciação pela assembleia do Grupo Interparlamentar Angolano, sob

proposta de pelo menos cinco Deputados ou de um Grupo Parlamentar dirigida ao Presidente da Assembleia Nacional.

2. Os Grupos Parlamentares de Amizade funcionam com base em regulamentos internos próprios e são dirigidos por um presidente que é coadjuvado por um vice-presidente e um secretário.

3. Cada Grupo Parlamentar de Amizade integra um mínimo de cinco deputados, incluindo os membros da sua Direcção e representando pelo menos dois Grupos Parlamentares ou Partidos Políticos com assento na Assembleia Nacional.

4. Como regra, cada deputado apenas pode pertencer a um Grupo Parlamentar de Amizade, por sua iniciativa ou por proposta do Grupo Parlamentar a que pertence.

ARTIGO 16.º
(Âmbito)

1. Os Grupos Parlamentares de Amizade podem constituir-se para se relacionarem ou exprimir solidariedade com deputados, parlamentos e povos de um país apenas ou de um grupo de países ou região geo-política.

2. Com a proposta de constituição, deve fazer-se prova da existência ou concordância da contraparte que deve ser individualizada mesmo quando se tratar de relacionamento com um grupo de países ou região geo-política.

CAPÍTULO III
Das Delegações Parlamentares

ARTIGO 17.º
(Designação e composição)

1. As Delegações Parlamentares são designadas por despacho do Presidente da Assembleia Nacional, ouvidos os Presidentes dos Grupos Parlamentares e devem ter uma representação pluripartidária e assegurar a participação feminina.

2. O despacho indica expressamente quem chefia a delegação.

3. As delegações devem integrar preferencialmente membros do Grupo Nacional e do Grupo Parlamentar de Amizade a que a missão diga respeito, salvo quando pela natureza da mesma isso possa ser dispensado.

4. O chefe da delegação a cada conferência, reunião ou iniciativa internacional parlamentar deve elaborar até após o seu regresso um relatório sobre a missão realizada que é presente ao Presidente da Assembleia Nacional.

CAPÍTULO IV
Medidas de Acompanhamento das Decisões e Resoluções das Organizações Interparlamentares

ARTIGO 18.º
(Relatórios de actividades)

Os Grupos Nacionais e os Grupos Parlamentares de Amizade apresentam nos prazos estabelecidos à Assem-

bleia Geral do Grupo Interparlamentar relatórios de actividades que retratem os seus trabalhos e os das Organizações interparlamentares, parlamento ou região correspondente, no qual destaca em particular as decisões e resoluções adoptadas, convidando a dar-se-lhes o tratamento adequado.

ARTIGO 19.º
(Informação ao Governo)

O Grupo Interparlamentar informa o Governo, através do Presidente da Assembleia Nacional, sobre as decisões e resoluções adoptadas pelas organizações interparlamentares e insta a dar-lhes o tratamento apropriado.

ARTIGO 20.º
(Execução das deliberações)

O Presidente da Assembleia Nacional toma as medidas que considere apropriadas para a execução das recomendações das organizações interparlamentares.

ARTIGO 21.º
(Informação às organizações interparlamentares)

Em conformidade com as disposições do respectivo estatuto, o Presidente da Assembleia Nacional vela por que as organizações interparlamentares sejam informadas pela forma mais frequente e completa possível, em particular no que se refere ao relatório anual de actividades, da actividade desenvolvida pelos Grupos Nacionais e dos resultados eventualmente.

CAPÍTULO V
Diplomacia Parlamentar e Relações Bilaterais

ARTIGO 22.º
(Contactos específicos)

As delegações às reuniões interparlamentares podem ser encarregadas pelo Presidente da Assembleia Nacional de estabelecer, com as autoridades do país anfitrião e com as delegações de países participantes, contactos bilaterais específicos que considerar oportunos, independentemente da existência de relações diplomáticas com o país em questão.

CAPÍTULO VI
Difusão da Informação sobre as Organizações Interparlamentares e suas Actividades

ARTIGO 23.º
(Difusão junto da Assembleia Nacional e do Governo)

Os Grupos Nacionais asseguram a mais ampla difusão dos trabalhos da correspondente organização interparlamentar junto dos membros da Assembleia Nacional e do Governo.

ARTIGO 24.º
(Difusão junto do público e das organizações interparlamentares)

1. Os membros do Grupo Interparlamentar adoptam as medidas que considerem adequadas para difundir os trabalhos das organizações interparlamentares ao público, recorrendo em particular à imprensa escrita, à rádio e à televisão.

2. Os competentes serviços da Assembleia Nacional velam para que seja enviado à Secretaria das correspondentes organizações interparlamentares, todo o artigo ou entrevista a este respeito, publicado na imprensa.

CAPÍTULO VII
Encargos Financeiros

ARTIGO 25.º
(Encargos financeiros e quotização)

1. Os encargos financeiros do Grupo Interparlamentar Angolano são suportados pelo Orçamento da Assembleia Nacional.

2. Os Grupos Nacionais contribuem financeiramente com uma quotização anual para as organizações parlamentares internacionais de que são membros, de acordo com os respectivos estatutos e regulamentos.

CAPÍTULO VIII
Disposições Finais

ARTIGO 26.º
(Apoio técnico e administrativo)

Os órgãos do Grupo Interparlamentar são apoiados, no exercício das suas atribuições, por funcionários e colaboradores da Assembleia Nacional.

ARTIGO 27.º
(Cessação de funções)

1. O Grupo Interparlamentar cessa as suas funções com a tomada de posse dos deputados surgidos de novas eleições legislativas.

2. A Mesa da Assembleia do Grupo Interparlamentar assegura a gestão dos assuntos correntes até à eleição dos órgãos de direcção do novo Grupo Interparlamentar.

ARTIGO 28.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se suscitarem na aplicação e interpretação do presente regulamento são resolvidas por ordem de competência pelo Regimento Interno da Assembleia Nacional, pelo Presidente da Mesa da Assembleia do Grupo Interparlamentar e pela própria Assembleia Geral do Grupo Interparlamentar Angolano.

Assembleia Nacional, em Luanda, aos 23 de Julho de 1998.

O Presidente da Assembleia Nacional em exercício,
Lázaro Manuel Dias.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 26/98
de 14 de Agosto

Considerando que a Empresa Portuária de Luanda-U.E.E. é uma Empresa do Estado criada por força do despacho conjunto s/n dos Ministros do Plano, dos Transportes e Comunicações e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 1.ª série de 29 de Março de 1980;

Considerando que a Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro, estabelece um novo regime jurídico para as empresas do Estado que passem a designar-se por empresas públicas;

Havendo necessidade de aprovar o estatuto dessa empresa;

Nos termos das disposições combinadas da alínea h) do artigo 110.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o estatuto orgânico da Empresa Portuária de Luanda, Empresa Pública, abreviadamente designada por Porto de Luanda-E. P. anexo ao presente decreto e dele sendo parte integrante.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões que suscitarem na interpretação e aplicação do presente decreto serão resolvidas por decreto executivo do Ministro dos Transportes.

Art. 3.º — É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

Art. 4.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros, em Luanda, aos 15 de Maio de 1998.

O Primeiro Ministro, *Fernando José de França Dias Van-Dáem*.

Promulgado aos 3 de Agosto de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, *José Eduário dos Santos*.

ESTATUTO ORGÂNICO DO PORTO DE LUANDA

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

(Denominação e natureza jurídica)

A Empresa Portuária de Luanda E. P. abreviadamente designada por Porto de Luanda é uma empresa pública de grande dimensão, dotada de personalidade jurídica,

autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com poderes de administração sobre os bens do domínio público que lhe sejam afectos por lei.

ARTIGO 2.º

(Direito aplicável)

O Porto de Luanda-E. P. rege-se pela Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro pelo presente estatuto, supletivamente pelo código comercial e no que não estiver especialmente regulado pela legislação em vigor.

ARTIGO 3.º

(Sede)

O Porto de Luanda-E. P. tem a sua sede na Cidade de Luanda, no Largo 4 de Fevereiro, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, estabelecerla em novo local, bem como criar representações ou delegações em Angola ou no estrangeiro.

ARTIGO 4.º

(Objecto social)

1. O Porto de Luanda-E. P. tem por objecto social o exercício dos poderes de administração e gestão e de autoridade nas zonas marítimas e terrestres sob sua jurisdição, coordenando as actividades nela exercidas, promovendo as obras e organizando os serviços, tendo em vista a exploração económica do Porto e a correcta utilização dos bens do domínio público com salvaguarda do meio ambiente, marítimo e terrestre.

2. Pode ainda o Porto de Luanda-E. P. exercer, directa ou indirectamente, actividades complementares ou acessórias à exploração portuária, com as restrições da legislação aplicável ao processo de investimentos e ao regime das empresas públicas.

3. O exercício das actividades a que se refere o número anterior carece da autorização do órgão de tutela.

ARTIGO 5.º

(Atribuições)

Constituem atribuições do Porto de Luanda-E. P. para prossecução do seu objecto:

- administrar os bens do domínio público sob sua jurisdição;
- promover o ordenamento do Porto em conformidade com as regras gerais de ordenamento do território nacional e do domínio público portuário;
- coordenar e fiscalizar as actividades exercidas na sua área de jurisdição sem prejuízo das competências das outras entidades;
- planear e promover a execução das obras e o equipamento do Porto;
- propor as entidades competentes as taxas e as tarifas relativas a usos, actividades e serviços ou sub-